ANÁLISE DO PROCESSO TÉCNICO E DEMOCRÁTICO DA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL 2016, EM CASCAVEL-PR

BIANCHINI, Matheus.¹ SIMONI, Tainã Lopes.²

RESUMO

Esse trabalho tem como principal objetivo uma ampla análise e compreensão de como acontece o processo técnico e democrático da revisão do plano diretor municipal de cascavel, buscando entender como começou a ser implantado no município e em que situação se encontra atualmente. Cascavel é umas das cidades referência quando se fala em Plano Diretor e vem demonstrando que é possível construir uma cidade mais sustentável e melhor com planejamento e participação da população. O município busca adotar uma política de desenvolvimento e expansão, melhorando através de ações previstas fatores econômicos, culturais, ambientais, sociais e territoriais, tendo como exemplo o programa de desenvolvimento integrado, que basicamente é um emaranhado de intervenções de grande impacto, objetivando a melhoraria do transporte público, da mobilidade urbana principalmente buscando melhorar a qualidade de vida dos cascavelense.

PALAVRAS-CHAVE: Cascavel, Plano Diretor Municipal, Planejamento Urbano, PDI.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho o tema abordado é a análise do Processo Técnico e Democrático da elaboração do Plano Diretor Municipal 2016 de Cascavel-PR. Nesse estudo pode-se verificar que os Planos diretores de desenvolvimento envolvem ações de curto e longo prazo, buscando melhorias na qualidade da cidade, prevendo seu crescimento dentro de padrões de preservação ambiental e integração de todos.

O plano diretor é um processo participativo que envolve a comunidade em diferentes formas de participação popular transformando ideias comuns em ações através das audiências públicas. Os processos para elaboração de suporte ao Plano diretor partem da coleta de dados e levantamentos realizados em diferentes áreas do território municipal, essas ações são armazenadas como plano estratégico e podem ser utilizadas a curto, médio e longo prazo.

A cidade passa por uma grande mudança na sua principal avenida, devido ao financiamento do PDI que está sendo feito pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), que visa consolidar as diretrizes do novo Plano Diretor, com objetivo de melhorias e intervenções no Transporte e Sistema Viário, Meio Ambiente e Social, Institucional em um período de cinco anos.

¹Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo – Centro Universitário FAG. E-mail: rsfabio.21@gmail.com

²Arquiteta Urbanista Professora Orientadora do curso de Arquitetura e Urbanismo – Centro Universitário FAG. E-mail: tai_lopes@hotmail.com

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1 PLANO DIRETOR

Segundo Portal de Cascavel (2016), No ano de 2001 foi aprovada a Lei Federal n.º 10.257/2001 – Estatuto da Cidade. Esta lei que vigora até hoje, estipula os estudos mínimos que um Plano Diretor deve conter e também exige que municípios com mais de 20.000 habitantes obrigatoriamente devem elaborar seu plano diretor, e caso já exista, a sua revisão a cada 10 anos.

Conforme Termo de Referência, a lei do estatuto da cidade assegura o direito aos brasileiros a cidades sustentáveis, direito à moradia, saneamento, transporte e serviços públicos de qualidades, para as presente e futuras gerações, sendo para isso necessário que os municípios apliquem uma política urbana de qualidade, através da execução e revisão do plano diretor.

O Plano Diretor Municipal, deve ser concebido como parte essencial do processo de planejamento municipal, incluindo sua contínua atualização e revisão pelo menos a cada 10 anos. Constitui, o instrumento orientador e articulador dos demais instrumentos que compõem o sistema de planejamento municipal, entre eles:

- a) Plano Plurianual
- b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias
- c) A Lei do Orçamento Anual

A elaboração do PDM deverá ser compatível com os seguintes instrumentos:

- a) Lei Orgânica do Município;
- b) Planos Setoriais do Governo do Estado do Paraná;
- c) Plano de Desenvolvimento Regional em que o município se insere;
- 2 4º Simpósio de Sustentabilidade e Contemporaneidade nas Ciências Sociais 2016 ISSN 2318-0633



- d) Planos Diretores dos municípios vizinhos;
- e) Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal;
- f) Agenda 21 para o Estado do Paraná e a Agenda 21 Local;
- g) Recomendações das Conferências das Cidades.

2.2 INICIO PLANO DIRETOR DE CASCAVEL - PR

Segundo Dias, Feiber, Mukai e Dias (2005) Cascavel teve seu primeiro contato com o planejamento urbano nos anos de 1974 e 1975, nesses anos foi criado o código de obras (Lei nº 1183/75), a Lei de Zoneamento (Lei nº 1184/75) e a Lei de Loteamentos (Lei nº 1186/75)

Os registros do Município de Cascavel apontam como a primeira Lei do Plano Diretor a Lei Municipal n.º 549/68, que aprova o "Plano Básico e as diretrizes do Plano Diretor", ou seja, desde a década de 60 o Município de Cascavel possui planos diretores, destacando-se o Plano Diretor aprovado em 1996.

O plano diretor deve ser revisado a cada 10 anos, dessa forma cascavel no ano de 2006 teve que realizar o processo de revisão, tomando como base o processo de 1996 porem com as novas demandas necessárias devido a lei do estatuto da cidade de 2001, tendo como destaque a exigência da participação popular.

O processo de revisão de 2006 teve início quatro anos antes em 2002, sendo que muito pouco do plano diretor anterior foi aproveitado, devido as novas regras e exigências do estatuto da cidade.

2.2.1 Evolução do Município entre 2006 e 2016

Muitas ações e processos foram realizados desde a aprovação do plano diretor de 2006 e a atual revisão nesse ano de 2016 e alguns fatores se destacam para a busca de novas alternativas e

ações futuras, a seguir tem alguns apontamentos do desenvolvimento de alguns serviços prestados pelo município.

Em relação as unidades de educação – CMEIS no ano de 2006 o município possuía 24 unidades distribuídas pelos bairros e centro, comparando com o ano de 2016 nota-se grande avanço, contando com um total de 48 unidade, com um crescimento de 100%, gerando qualidade aos usuários que dependem desses serviços.

Outro ponto importante analisado foi referente ao saneamento básico, especificamente sobre as redes de esgoto, sendo essa uma infraestrutura básica e garantida por lei, necessária para garantir qualidade de vida aos munícipes, nota-se que uma grande evolução ocorreu em 10 anos, em 2006 praticamente só a região central da cidade possuía rede de esgoto e alguns poucos bairros, porem nota-se uma evolução intensa na prestação do serviço, que praticamente atende a todos os bairros em 2016, mas ainda tem muito território para aumentar.

Muito se investiu para a mobilidade urbana, sendo a pavimentação necessária para gerar qualidade, agilidade e segurança dos transportes. Nesse aspecto o município teve uma melhora bem considerável, no ano de 2004 somente o centro e alguns poucos bairros eram todo pavimentado, tendo muitos bairros com infraestrutura precária já no ano de 2016 existe uma mudança bem significativa, em que praticamente todo o município recebeu pavimentação, isso devido a instrumentos de lei que obrigam a novos loteamentos a entregarem com infraestrutura de pavimentação.

2.3 REVISÃO PLANO DIRETOR DE CASCAVEL 2016

Neste ano de 2016, completa os 10 anos da última revisão e deve ser feito um novo plano de ações para os próximos 10 anos de Cascavel.

O processo de revisão iniciou-se com a participação na reunião ordinária do CONCIDADE Cascavel, no dia 06 de abril de 2016 e na reunião do Conselho Comunitário, realizada no dia 14 de Abril de 2016, sendo nessas reuniões, feito convite para a participação de todos os conselheiros no processo de revisão e solicitado aos presidentes de bairro, membros do Conselho Comunitário, a mobilizar a população para participar das reuniões e da 6ª Conferência Municipal da Cidade e 1ª Audiência Pública do Plano Diretor.

De acordo com PORTAL DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL (2016), foi realizada a 6ª Conferência Municipal no dia 29/06/2016, reservada para realização da 1ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor de Cascavel, onde seriam detalhados os avanços e melhorias no Município ao longo da última década, juntamente com propostas apresentadas pela comunidade durante as 20 reuniões de revisão do Plano Diretor realizadas este ano nos bairros, distritos e entidades, tendo em vista a atualização da Lei Complementar 028/2006, que será revisada para os próximos dez anos.

Ainda segundo site do portal do município, a SEPLAN (Setor de Planos e Programas da Secretária de Planejamento e Urbanismo) esteve recebendo as propostas de alteração da Lei n°26/2006 — Plano Diretor de Cascavel, e de suas leis complementares. Assim, as proposições foram recebidas até o dia 25 de setembro de 2016 mediante protocolo administrativo ou e-mail (PORTAL DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL, 2016).

Tendo início ao processo de revisão foram realizadas um total de 18 reuniões nos bairros e distritos do município, vendo a situação de cada região, as propostas e solicitações populares, para adequar as ações necessárias para a concretização do processo.

Basicamente nas reuniões eram apresentados aos presentes o que era o plano diretor, qual sua finalidade e a importância de sua revisão com qualidade para delimitar as futuras ações a curto e longo prazo para cada região. Também nessas reuniões eram aplicados um questionários para avaliação da atual situação do município.

2.4 PDI (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO)

Segundo o Aplicativo PDI, o Programa é composto por quatro componentes, sendo suas ações previstas para um período de cinco anos, abrangendo diversas pastas da administração municipal. Compõem as seguintes intervenções: Componente Transporte e Sistema Viário; Componente Melhoria do meio ambiente e Social; Componente Fortalecimento Institucional.

Os investimentos deverão resultar em um conjunto de melhorias sociais, econômicas e ambientais, ancoradas em um planejamento integrado, visando reduzir custos e ampliar os impactos positivos da atuação municipal.

Segundo dados do PORTAL DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL (2016), o programa de Desenvolvimento Integrado, conta com um total de recursos no valor de R\$ 57,5 milhões, sendo que desse total cerca de 50% são de recursos próprios e os restantes são feitos através do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)

3. METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho foi utilizada bibliografias, sites, aplicativo e demais materiais que tinham em comum o tema abordado para justificar o suporte teórico. Para Gil (2010) a revisão bibliográfica consiste em estudos que tem o propósito de preencher uma lacuna de conhecimento.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

O presente trabalho foi fundamentado através de pesquisas bibliográficas em que o assunto analisado foi sobre a revisão do plano diretor do município de Cascavel 2016, através de estudos realizados trazendo informações disponíveis contidas no site da Prefeitura Municipal e bibliografias.

Com a análise do assunto constata-se que o plano diretor é uma ferramenta fundamental para o crescimento e desenvolvimento do município, pois através dele são desenvolvidos propostas e estratégias especificas para cada região, determinando prazos e regras para realização de melhorias, tendo como exemplo o plano de desenvolvimento integrado (PDI) que foi uma proposta no plano diretor anterior e está sendo realizado, proporcionando melhorias para todos habitantes do município.

Esse estudo mostra que a população deveria se preocupar mais sobre sua cidade, participando ativamente das propostas, sendo através do plano diretor a melhor oportunidade para debaterem e participarem da construção de uma cidade melhor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho esclarece muitas duvidas sobre a real importância do plano diretor e de suas revisões, demonstrando em como se encontra a atual revisão que acontece neste ano de 2016 propondo melhorias e ações para os próximos 10 anos.

A atualização do Plano Diretor é de extrema importância para o desenvolvimento do município, em questões sociais, econômicas e físico. A atualização pretende revisar o Parcelamento do Solo; Código de Posturas; Plano de Ação e Investimento; Perímetro Urbano; Instrumento da

Política urbana; Código de Obras; Sistema Viário; Uso do Solo, sendo que uma de suas concretizações são as obras do PDI, um projeto que pretende trazer a cidade de Cascavel e aos seus habitantes melhorias sociais, econômicas e ambientais, nos próximos cinco anos.

Fica claro que para a cidade crescer com qualidade e sustentabilidade essa precisa de uma população participativa, que tenha uma gestão preocupada com medidas a médio e longo prazo, tudo isso produzindo um planos de ações eficazes e que busquem o bem comum, que gerem qualidade de vida aos munícipes.

REFERÊNCIAS

APLICATIVO PDI CASCCAVEL. Disponível em: < http://www.cascavel.pr.gov.br/pdi/>. Acesso em 02 de novembro de 2016.

BRASIL. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata**. 2. ed., atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

DIAS, Caio Smolarek; FEIBER, Fúlvio Natércio; MUKAI, Hitomi; DIAS, Solange Irene Smolarek. **Cascavel: um espaço no tempo**. A história do planejamento urbano. Cascavel: Sintagma Editores, 2005.

FORTINI, Cristiana. Plano diretor - temas polêmicos. Discussão sobre a iniciativa para sua elaboração. A imperiosidade de plano diretor para apurar o cumprimento da função social da propriedade. Revista de Direito municipal, Belo Horizonte. Jan./Mar. 2004.

PORTAL DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL. **Revisão do Plano diretor 2016**. Informações. Disponível em: http://www.cascavel.pr.gov.br/secretarias/seplan/subpagina.php?id=1447 Acesso em: 01 de novembro. 2016.

PORTAL MUNICIPIO CASCAVEL. Lei Plano Diretor. Disponível em:

http://www.cascavel.pr.gov.br/secretarias/seplan/sub_pagina.php?id=977. Acessado em: 31 de outubro 2016.

PORTAL DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL. Notícias. 6ª Conferência Municipal discute o Plano Diretor e a função social da cidade. Disponível em:

http://www.cascavel.pr.gov.br/noticia.php?id=27358. Acesso em: 02 de novembro. 2016.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Plano diretor participativo. **Guia para elaboração pelos municípios e cidadãos**/ Coordenação Geral de Benny Schasberg e Otilie Macedo Pinheiro — Brasília: Plano Diretor participativo, maio de 2004.







